

Serviço de Apoio
às Micro e
Pequenas
Empresas do
Estado de
Rondônia -
SEBRAE/RO

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Djalma Batista, 1.661 - Sala 803
Millennium Center - Business Tower
69050-010 - Manaus/AM - Brasil
Caixa postal 3751
Telefone +55 (92) 2123-2350, Fax +55 (92) 2123-2367
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho Deliberativo Estadual e aos Administradores do
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO
Porto Velho - RO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, que descreve que até setembro de 2015 a Entidade esteve sob intervenção do SEBRAE Nacional em função de investigações realizadas pelo Ministério Público Estadual de Rondônia (MPE) em 2013, por suspeita de fraudes, principalmente nos processos de licitações, contratações, convênios e aquisições de serviços e materiais. Por determinação do SEBRAE Nacional foi contratada empresa especializada que procedeu a auditoria investigativa, a fim de apurar detalhes das causas e consequências das medidas cautelares impetradas com base nas investigações promovidas pelo MPE. Baseada nas conclusões dessa auditoria investigativa e no resultado parcial da investigação no MPE notificado em 10 de janeiro de 2017, a atual Administração da Entidade considera que os fatos ocorridos não tiveram impactos significativos sobre suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nem nos exercícios anteriores. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditadas, e nosso relatório datado de 5 de fevereiro continha ressalva relacionada ao mesmo assunto descrito no parágrafo de “Ênfase” deste relatório.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Manaus, 3 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-AM

Luciano Medeiros
Contador CRC SP-138148/O-3 T-AM

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.888	11.220	Fornecedores		420	584
Recursos vinculados a convênios e contratos	8	3.673	154	Obrigações sociais e trabalhistas		694	401
Transações com convênios a executar		199	63	Obrigações com convênios e contratos	11	1.338	52
Créditos com o sistema SEBRAE	15	11.451	444	Provisões trabalhistas	12	2.522	2.009
Despesas antecipadas		18	16	Obrigações com o sistema SEBRAE	15	278	1.004
Outros créditos		449	165				
		<u>18.678</u>	<u>12.062</u>	Total do passivo circulante		<u>5.252</u>	<u>4.050</u>
Total do ativo circulante							
Não circulante				Não circulante			
Depósitos e cauções	13	134	327	Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	13	340	160
Aplicações financeiras	9	8.394	-				
Imobilizado	10	13.460	13.212	Total do passivo não circulante		<u>340</u>	<u>160</u>
		<u>21.988</u>	<u>13.539</u>				
Total do ativo não circulante				Total do passivo		<u>5.592</u>	<u>4.210</u>
				Patrimônio líquido	14		
				Superávit acumulado		24.605	10.861
				Ajustes de avaliação patrimonial		10.428	10.489
				Reserva de subvenção		41	41
				Total do patrimônio líquido		<u>35.074</u>	<u>21.391</u>
Total do ativo		<u><u>40.666</u></u>	<u><u>25.601</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>40.666</u></u>	<u><u>25.601</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia
- SEBRAE/RO**

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Receitas operacionais			
Contribuições sociais	15	50.954	35.169
Receitas empresas beneficiadas	16	1.293	1.398
Receita de convênios, subvenções e auxílios financeiros	17	676	78
Outras receitas operacionais		589	831
		<u>53.512</u>	<u>37.476</u>
Despesas operacionais			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	18	(19.008)	(15.703)
Serviços profissionais e contratados	19	(10.296)	(9.938)
Custos e despesas de operacionalização	20	(10.409)	(10.657)
Despesas com programas e convênios	21	(241)	(230)
Encargos diversos		(368)	(549)
Despesas com provisões		(461)	(58)
Depreciação		(590)	(658)
Outras despesas operacionais		(89)	(104)
		<u>(41.462)</u>	<u>(37.897)</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>12.050</u>	<u>(421)</u>
Receitas financeiras	22	1.658	2.099
Despesas financeiras	22	(25)	(28)
Resultado financeiro líquido		<u>1.633</u>	<u>2.071</u>
Superávit do exercício		<u><u>13.683</u></u>	<u><u>1.650</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia
- SEBRAE/RO**

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Superávit do exercício	13.683	1.650
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>13.683</u></u>	<u><u>1.650</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia
- SEBRAE/RO**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Superávit acumulado	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de subvenção	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	9.150	10.550	41	19.741
Superávit do exercício	1.650	-	-	1.650
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	<u>61</u>	<u>(61)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2016	10.861	10.489	41	21.391
Superávit do exercício	13.683	-	-	13.683
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	<u>61</u>	<u>(61)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u><u>24.605</u></u>	<u><u>10.428</u></u>	<u><u>41</u></u>	<u><u>35.074</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia
- SEBRAE/RO**

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	13.683	1.650
Ajustes no resultado:		
Depreciação	590	658
Valor residual da baixa de imobilizado	89	102
Rendimento de aplicações financeiras	(194)	-
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	180	60
	<u>14.348</u>	<u>2.470</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Créditos a receber	(14)	(104)
Recursos vinculados a convênios e contratos	(3.519)	(47)
Transações com convênios a executar	(136)	163
Créditos com o sistema SEBRAE	(11.007)	(444)
Outros créditos	(270)	185
Despesas antecipadas	(2)	6
Depósitos e cauções	193	(299)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(164)	371
Obrigações sociais e trabalhistas	293	(26)
Obrigações com convênios e contratos	1.286	37
Provisões trabalhistas	513	694
Obrigações com o sistema SEBRAE	(726)	(8.218)
	<u>795</u>	<u>(5.212)</u>
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(8.200)	-
Resgate de aplicações financeiras	-	5.028
Adições ao imobilizado	(927)	(429)
	<u>(9.127)</u>	<u>4.599</u>
Caixa líquido utilizado nas (gerado pelas) atividades de investimento		
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(8.332)	(613)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>11.220</u>	<u>11.833</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u><u>2.888</u></u>	<u><u>11.220</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO (“Entidade”) é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento.

A sede da Entidade está localizada na Avenida Campos Sales, 3.421, Olaria, município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

O âmbito de atuação do SEBRAE/RO constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado de Rondônia, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/RO recebe recursos oriundos do SEBRAE Nacional - SEBRAE/NA, que é o responsável pelos repasses de recursos aos estados e ao Distrito Federal, para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição para fiscal das empresas privadas instaladas no país. Para manutenção de suas atividades poderá, eventualmente, promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. Os SEBRAE dos estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

- Banco da Amazônia S/A;
- Banco do Brasil S/A;
- Caixa Econômica Federal;
- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia - FAPERON;
- Federação das Associações Comerciais do Estado de Rondônia - FACER;
- Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas - FCDL;
- Federação do Comércio do Estado de Rondônia - FECOMERCIO;
- Federação das Entidades de Micro e Pequenas Empresas de Rondônia - FEEMPI;

- Federação das Indústrias do Estado de Rondônia - FIERO;
- Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária - SEAGRI;
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/NA;
- Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão - SEPOG; e
- Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

1.1 Intervenção do SEBRAE Nacional

Baseadas em denúncias contra a administração da Entidade na época, a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) realizaram auditoria durante os anos de 2012 e 2013 no SEBRAE/RO. Com base nos resultados da referida auditoria, o Ministério Público Estadual de Rondônia (MPE) iniciou investigação durante o segundo semestre de 2013 e, em 11 de dezembro daquele ano foi realizada a prisão preventiva de diretores e determinados colaboradores vinculados à Entidade à época, que foram afastados de suas funções para aprofundamento das investigações quanto ao suposto envolvimento dos ex-administradores em fraudes, principalmente nos processos de licitações, contratações, convênios e aquisições de serviços e materiais.

Durante o período de afastamento dos ex-diretores, a administração da Entidade ficou a cargo de gestores nomeados pelo Conselho Deliberativo Estadual (CDE). Os então diretores foram destituídos em 28 de janeiro de 2014. Em 30 de janeiro de 2014, através da Resolução CDN 242/2014, o Conselho Deliberativo Nacional (CDN) do SEBRAE aplicou pena de intervenção ao SEBRAE/RO, nos termos do seu estatuto, suspendendo as atividades e o funcionamento do CDE.

Para a intervenção foram nomeados dois colaboradores do SEBRAE/NA e um do SEBRAE/RO, que acumularam as funções da Diretoria Executiva e do CDE até 30 de setembro de 2015. O CDN determinou, ainda, que se iniciasse uma auditoria investigativa especial, apoiado por empresa especializada, a fim de apurar detalhes das causas e consequências das medidas cautelares impetradas com base nas investigações promovidas pelo MPE.

As conclusões preliminares da auditoria investigativa especial mencionada anteriormente permitem que a atual administração da Entidade possa inferir que os fatos ocorridos não acarretaram impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Entidade com relação ao assunto mencionado acima.

Em 30 de setembro de 2015, ocorreram reuniões extraordinárias do CDE que deliberaram a eleição do seu e das Diretorias Administrativa e Financeira e Técnica da Entidade.

Em 10 de janeiro de 2017, a Administração foi notificada pelo MPE sobre o resultado parcial da investigação, através do processo nº 7059179-89.2016.8.22.0001, com emissão de um mandado de notificação e intimação para o ex-dirigente e fornecedores, estipulando o valor da causa em aproximadamente R\$ 80 para que a Entidade tivesse ciência do andamento.

2 Base de apresentação e declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o SEBRAE/RO conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamentos nos próximos exercícios pelo fato de ter suas receitas de CSO/CSN já aprovadas pelo CDN para os exercícios de 2017/2018. A CSO/CSN representam mais de 80% das receitas da Entidade.

O SEBRAE/RO apresentou superávit de R\$ 13.683 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, nessa data, o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$ 13.426.

Além disso, com a mudança na forma de liberação da CSO pelo SEBRAE Nacional, onde os recursos passaram a ser enviados para os SEBRAE/UF independente do grau de execução, os ganhos de eficiência na aplicação serão revertidos para o patrimônio do SEBRAE/RO como já aconteceu em 2016 quando o patrimônio líquido cresceu 164%.

A Administração reconhece que existe uma incerteza no ambiente econômico externo que pode afetar a captação de receitas próprias obtidas dos clientes e dos governos estaduais, mas que não chega a afetar capacidade operacional do SEBRAE, já que as receitas próprias não chegam a 10% das receitas totais. Qualquer redução pode ser complementada pelo ganho de eficiência nas despesas sustentadas pela CSO e até pela utilização de parcela financeira do patrimônio como já previsto e destacado no orçamento aprovado.

A Diretoria Executiva da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2017.

3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (nota explicativa nº 13) e provisão atuarial relativo a planos de benefícios pós-emprego (nota explicativa nº 24). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos a seguir:

a. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões em tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. (nota explicativa nº 13).

b. Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que tem prazos de vencimentos próximos aos prazos das respectivas obrigações de plano de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado, informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 24.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos apresentados em milhares de reais foram arredondados para o milhar mais próximo.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de Contribuição Social Ordinária (CSO) são relacionadas com as transferências periódicas do SEBRAE/NA para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês de sua competência (nota explicativa nº 16). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE/NA, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição Social Nacional (CSN) são relacionadas à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriadas a partir da execução dos projetos (nota explicativa nº 15).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (nota explicativa nº 16).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem (nota explicativa nº 17).

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

A Entidade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Entidade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade classifica os seus ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis significativos abrangem: caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber, recursos vinculados a convênios e contratos, transações com convênios a executar, créditos com o sistema SEBRAE e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata e vencimento original em até três meses, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

Créditos com o sistema SEBRAE

As transações com o SEBRAE/NA referem-se a valores a receber provenientes dos repasses do sistema, sobre os quais não incidem juros nem atualização monetária.

Créditos a receber

São reconhecidos os valores a receber pela venda de serviços e produtos da Entidade a prazo, assim como os adiantamentos a funcionários e terceiros. Não apresentam riscos financeiros significativos à entidade.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros, se houver, são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos significativos: fornecedores, obrigações com convênios e contratos, obrigações com o sistema SEBRAE e outras obrigações.

Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo.

(iii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

c. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se houver.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que os benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos como manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo foram as seguintes:

Descrição	Vida útil estimada
Edificações	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Moveis e utensílios	10 anos
Veículos e acessórios	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

(iv) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

d. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Benefícios pós-emprego

A Entidade é uma das patrocinadoras solidárias do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas, exceto pelo risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual a Entidade reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população. Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, a Entidade contrata anualmente um atuário qualificado (nota explicativa nº 24).

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através dos descontos dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos, se aplicável, que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros quando incorridos são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

f. Obrigações trabalhistas

Decorrem de obrigação legal de registrar os direitos do empregado, sendo que no caso da provisão de férias a Entidade calcula 1/12 acrescido de um terço do salário base do funcionário a cada mês até que este atinja 12 meses consecutivos quando então tem direito ao gozo de férias. No caso do 13º salário a Entidade calcula 1/12 do salário base do funcionário a cada mês, de janeiro a dezembro quando então é efetuado o desembolso.

g. Obrigações com convênios e contratos

As verbas e recursos recebidos dos parceiros nos respectivos convênios são registradas no passivo circulante pelos montantes recebidos efetivamente e serão utilizadas na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios, subvenções e auxílios. Sobre esses valores não incidem juros e nem atualização monetária.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras estão representadas, basicamente, por rendimentos decorrentes das aplicações dos recursos da Entidade em fundos de renda fixa. As despesas financeiras referem-se, basicamente, a encargos e taxas bancárias cobrados por instituições financeiras que estão reconhecidas no resultado do exercício.

i. Tributação

O SEBRAE/RO é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei. A Entidade está sendo questionada sobre a não tributação da COFINS (nota explicativa nº 13) sobre as receitas advindas de consultorias, treinamentos, feiras e palestras.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Contas bancárias (a)	51	46
Aplicações financeiras (b)	2.837	11.174
	2.888	11.220

- (a) São disponibilidades imediatas em contas-correntes bancárias, cujas posições, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, se encontram a seguir descritas:

Instituição financeira	2016	2015
Banco do Brasil S.A.	8	46
Caixa Econômica Federal	43	-
	51	46

- (b) Representadas por recursos mantidos nos fundos relacionados abaixo, com taxa de remuneração média de 0,95% a 1,12% ao mês. Tais recursos, cujos saldos estão apresentados líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade:

Instituição financeira	Nome do investimento	2016	2015
Caixa Econômica Federal	CAIXA FI SEBRAE Renda Fixa LP	1.188	8.464
Banco do Brasil S.A.	BB Renda Fixa CP Corporativo 400 mil	1.649	2.710
		2.837	11.174

8 Recursos vinculados a convênios e contratos

	2016	2015
Convênios e programas		
Convênio nº 29.136-6 – Miraella Mais Leite	237	128
Convênio nº 28.709-1 – Prefeitura de Colorado D'Oeste	-	16
Convênio nº 28.710-5 – Prefeitura de Cacaulândia	-	10
Convênio nº 30.309-7 – Cooperativa Crédito	1	-
Convênio nº 29.711-9 – Promove Varejo	346	-
Convênio nº 29.710-0 – Semana do Empreendedorismo	412	-
Convênio nº 28.911-6 – Oficina SEBRAE Empreendedorismo	394	-
Convênio nº 29.712-7 – Seminário Rural	1.285	-
Convênio nº 29.973-1 – Projeto Café (Conder)	998	-
	3.673	154

Correspondem a recursos vinculados aos programas, projetos e convênios sob execução da Entidade, apresentados separadamente da rubrica “caixa e equivalentes de caixa” pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais, conforme pronunciamento técnico CPC 03.

Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/RO. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros, em face dos depósitos recebidos, são registradas nas rubricas “obrigações com convênios e contratos” e “Transações com partes relacionadas”, detalhadas nas notas explicativas nº 11 e 15.

9 Aplicações financeiras

Trata-se da aplicação financeira de longo prazo, título CDB Flex Empresarial, com recursos ordinários, que busca proporcionar uma maior rentabilidade de suas cotas em títulos de renda fixa públicos pós-fixados, apresentam em sua composição títulos e operações com prazo médio de carteira superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias e serão mantidos até a data do resgate.

10 Imobilizado

	Saldo em 01/01/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Custo				
Terrenos	9.964	-	-	9.964
Edificações	4.028	-	(137)	3.891
Móveis e utensílios	914	473	(123)	1.264
Veículos e acessórios	863	-	(183)	680
Máquinas e equipamentos	529	256	(25)	760
Equipamentos de informática	1.435	198	(75)	1.558
	<u>17.733</u>	<u>927</u>	<u>(543)</u>	<u>18.117</u>
Depreciação acumulada				
Edificações	(2.058)	(157)	55	(2.160)
Móveis e utensílios	(742)	(57)	119	(680)
Veículos e acessórios	(457)	(120)	183	(394)
Máquinas e equipamentos	(347)	(53)	23	(377)
Equipamentos de informática	(917)	(203)	74	(1.046)
	<u>(4.521)</u>	<u>(590)</u>	<u>454</u>	<u>(4.657)</u>
Imobilizado líquido	<u>13.212</u>	<u>337</u>	<u>(89)</u>	<u>13.460</u>
	Saldo em 01/01/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Custo				
Terrenos	9.964	-	-	9.964
Edificações	4.028	-	-	4.028
Móveis e utensílios	929	73	(88)	914
Veículos e acessórios	1.818	-	(955)	863
Máquinas e equipamentos	771	37	(279)	529
Equipamentos de informática	1.602	319	(486)	1.435
	<u>19.112</u>	<u>429</u>	<u>(1.808)</u>	<u>17.733</u>
Depreciação acumulada				
Edificações	(1.897)	(161)	-	(2.058)
Móveis e utensílios	(774)	(53)	85	(742)
Veículos e acessórios	(1.149)	(202)	894	(457)
Máquinas e equipamentos	(560)	(34)	247	(347)
Equipamentos de informática	(1.189)	(208)	480	(917)
	<u>(5.569)</u>	<u>(658)</u>	<u>1.706</u>	<u>(4.521)</u>
Imobilizado líquido	<u>13.543</u>	<u>(229)</u>	<u>(102)</u>	<u>13.212</u>

A Entidade possui três imóveis oferecidos em caução, onde funcionam suas sedes nos municípios de Ariquemes, Cacoal e Vilhena, avaliados no montante de R\$ 1.530, para tutela antecipada com fim de obter Certidão Negativa de Débitos no âmbito federal, em função da ação tributária de cobrança de débito relativo a COFINS, conforme mencionado na nota explicativa nº 13.

11 Obrigações com convênios e contratos

	2016	2015
Convênio nº 28.709-1 – Prefeitura Colorado D’ Oeste	-	15
Convênio nº 29.136-6 – Miraella Mais Leite	41	27
Convênio nº 28.710-5 – Prefeitura de Cacaulândia	-	10
Convênio nº 29.711-9 – Promove Varejo	142	-
Convênio nº 29.710-0 – Semana do Empreendedorismo	66	-
Convênio nº 28.911-6 – Oficina SEBRAE Empreendedorismo	146	-
Convênio nº 29.712-7 – Seminário Rural	398	-
Convênio nº 29.973-1 – Projeto café (Conder)	544	-
Convênio Cooperativa de Crédito	1	-
	1.338	52

Referem-se a recursos recebidos de parceiros nos respectivos convênios, que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios, subvenções e auxílios.

12 Provisões trabalhistas

	2016	2015
Férias	1.939	1.437
Remuneração variável (a)	583	572
	2.522	2.009

- (a) Representa a participação de empregados e administradores correspondente a um mês de salário pelo atingimento das metas de resultados institucionais, conforme previsto no acordo coletivo de trabalho, sendo feito o registro contábil proporcional de 1/12 mensalmente. A remuneração variável é paga habitualmente em fevereiro do exercício subsequente.

13 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

	2016	2015
Provisão para perdas em processos judiciais		
Reclamações trabalhistas	265	122
Ações cíveis	62	27
Provisão atuarial		
Plano de benefícios pós-emprego	13	11
	340	160

Existem outras contingências passivas envolvendo questões cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos da Entidade como de risco possível, no montante de R\$ 6 e R\$ 2.072, respectivamente, para quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

A movimentação das provisões para perdas em processos judiciais está demonstrada a seguir:

	31/12/2015	Adição	31/12/2016
Reclamações trabalhistas	122	143	265
Ações cíveis	27	35	62
	<u>149</u>	<u>178</u>	<u>327</u>

O SEBRAE/RO efetuou depósitos judiciais no intuito de contrapor as contingências trabalhistas em curso no montante de R\$ 134, cuja movimentação no período encontra-se demonstrada a seguir:

	31/12/2015	Depósitos	31/12/2016
Depósitos judiciais	<u>327</u>	<u>(193)</u>	<u>134</u>

No âmbito fiscal, a Entidade é polo passivo em ação tributária de cobrança de débito relativo a COFINS, cujo valor da causa foi estabelecido em R\$ 1.129. Em 31 de dezembro de 2015, o valor atualizado é R\$ 1.554. O risco de perda foi classificado como “possível” pelos assessores jurídicos da Entidade e, portanto, não foi constituída a provisão.

14 Patrimônio líquido

a. Superávits acumulados

Composto substancialmente de superávits e/ou déficits apurados ao longo dos exercícios.

b. Ajustes de avaliações patrimoniais

Em 2010, a Administração aplicou, com base no laudo de empresa especializada, o custo atribuído de terrenos e edificações que possuíam seus valores contábeis substancialmente fora dos valores de mercado. O referido laudo de avaliação, realizado com base em 31 de dezembro de 2010, determinou o seu valor justo em 1º de janeiro de 2010, conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. O saldo da referida rubrica é realizado com base nas depreciações e baixas dos respectivos bens avaliados, sendo transferida para os superávits acumulados.

15 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE;
- Pessoal-chave da Administração; e
- Fundo de previdência privada (SEBRAEPREV)

Em 6 de julho de 2016, o SEBRAE Nacional emitiu nova redação para a IN 37, normativo que trata sobre os critérios e procedimentos da execução orçamentária e financeira no âmbito do Sistema SEBRAE. As alterações estão suportadas pela Nota Técnica UGOC nº 09/2016, de 6 de junho de 2016, aprovada pela Diretoria do SEBRAE Nacional, e que produziu, resumidamente, as seguintes alterações:

1. Eliminação da regra de transferência de recursos CSO aos SEBRAE estaduais com base na capacidade de execução de gastos (90%) e mediante valores previamente orçados, passando a ser com base nos valores efetivamente arrecadados e transferidos pela Receita Federal do Brasil ao SEBRAE Nacional. Essa nova sistemática de repasse passou a valer da data de aprovação da IN 37, em julho de 2016, porém, com referência desde a data-base de janeiro de 2016. Consequentemente, também, passou a ser eliminada, a partir do exercício do 2016, a figura de CSO Saldo – eventual diferença positiva entre os valores arrecadados e não repassados pelo SEBRAE Nacional aos SEBRAE regionais, cujos repasses eram condicionados a eventos futuros.

Assim, as demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2016 contemplaram o registro no passivo circulante no valor de R\$ 171, considerando que os repasses efetuados, desde janeiro de 2016, haviam ocorrido a maior com relação ao efetivamente arrecadado. A liquidação desse montante ocorreu em dezembro de 2016.

2. Configuração da obrigação corrente, a partir da vigência da IN 37 alterada em julho de 2016, do SEBRAE Nacional perante aos SEBRAE regionais de repasse de quaisquer recursos de CSO – Saldo ainda não repassados e derivados de exercícios anteriores.

Assim, estas demonstrações financeiras contemplam o registro no ativo circulante (Transações com o Sistema SEBRAE) do valor de R\$ 11.312, sendo que a liquidação financeira ocorrerá nos meses subsequentes até o mês de janeiro de 2017.

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

	2016	2015
Transações ativas - Créditos com o sistema SEBRAE		
CSN a receber	139	443
CSO a receber	11.312	-
CSO - Ressarcimentos a receber	-	1
	11.451	444

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

	2016	2015
Transações passivas - Obrigações com o sistema SEBRAE		
CSN a devolver (a)	278	1.004

- (a) Refere-se aos recursos de “contribuições sociais nacionais - CSN”, recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-19, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2016 foram realizados os lançamentos contábeis para manter o equilíbrio entre os registros de direitos e obrigações entre o SEBRAE/RO e o SEBRAE/NA. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.

	2016	2015
Transações no resultado		
CSO (a)	47.825	28.087
CSN (b)	3.129	7.082
	50.954	35.169

- (a) O aumento deve-se ao mesmo motivo informado acima, mediante a reformulação da programação financeira da CSO.

- (b) A redução deve-se aos repasses efetuados dos recursos aprovados pelo SEBRAE/NA ao SEBRAE/RO.

Remuneração de pessoal-chave da administração

Contemplam os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º, inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE/NA e Art. 6º do Estatuto Social do SEBRAE/RO, é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal-chave da administração:

	2016	2015
Remuneração (a)	849	159
Benefícios	143	24
	992	183

- (a) O aumento refere-se à contratação da composição dos novos dirigentes, sendo que no período anterior a Entidade estava em intervenção até 30 de setembro 2015, cujos custos com os dirigentes eram pagos pelo SEBRAE/NA.

Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar SEBRAEPREV estão descritos na nota explicativa nº 24.

16 Receita de empresas beneficiadas

	2016	2015
Treinamento	302	345
Consultoria	359	342
Feiras	603	643
Palestras	1	3
EMPRETEC	7	18
Outras receitas de empresas beneficiadas	21	47
	1.293	1.398

As receitas de empresas beneficiadas são oriundas das vendas de serviços por parte do SEBRAE/RO que estão alocadas no orçamento anual da instituição com valores e metas a serem alcançadas.

17 Receita de convênios, subvenções e auxílios financeiros

	2016	2015
Convênio Prefeitura Castanheira		23
Convênio Prefeitura Colorado do Oeste	15	15
Convênio Prefeitura Nova União	-	20
Convênio Prefeitura São Miguel do Guaporé	-	20
Convênio Miraella Mais Leite	119	-
Convênio Prefeitura de Cacaulândia	10	-
Convênio Promove Varejo	57	-
Convênio Semana Empreendedorismo	104	-
Convênio Oficina Sebrae Empreendedorismo	29	-
Convênio Seminário Rural	198	-
Convênio Cooperativa de Crédito	71	-
Convênio Prefeitura Ariquemes	18	-
Convênio Prefeitura Espigão D'Oeste	20	-
Convênio Prefeitura Castanheiras	35	-
	676	78
	676	78

Nesta rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pela Entidade.

18 Despesa com pessoal, encargos e benefícios sociais

	2016	2015
Salários e proventos	(9.883)	(7.844)
13º salário	(833)	(698)
Férias	(1.509)	(1.190)
Outros gastos com pessoal	(135)	(357)
Encargos trabalhistas	(3.683)	(3.263)
Benefícios sociais	(2.965)	(2.351)
	(19.008)	(15.703)
	(19.008)	(15.703)

O aumento refere-se a contratação de novos analistas, através de processo seletivo, além da composição dos novos dirigentes, sendo que no período anterior a Entidade estava em intervenção, onde estes custos com dirigentes eram pagos pelo SEBRAE/NA.

19 Serviços profissionais e contratados

	2016	2015
Instrutória e consultoria	(3.850)	(4.207)
Serviços técnicos especializados	(1.108)	(1.614)
Manutenção segurança e limpeza	(2.756)	(1.322)
Demais serviços contratados	(2.519)	(2.710)
Encargos sociais serviços terceiros	(63)	(85)
	(10.296)	(9.938)
	(10.296)	(9.938)

20 Custos e despesas de operacionalização

	2016	2015
Diárias e hospedagens	(2.375)	(2.903)
Passagens, transportes	(2.229)	(2.911)
Aluguel e encargos (a)	(1.477)	(779)
Divulgação e publicidade	(1.261)	(1.033)
Serviços gráficos	(661)	(1.105)
Serviços de comunicação	(733)	(603)
Material de consumo	(872)	(537)
Demais custos e despesas	(801)	(786)
	(10.409)	(10.657)
	(10.409)	(10.657)

- (a) O aumento refere-se principalmente aos alugueis dos veículos, devidamente licitados para atenderem a demanda da Entidade em todo o território de Rondônia.

21 Despesas com programas e convênios

	2016	2015
Convênio nº 002/13 – UNIESA	(13)	(62)
Convênio nº 003/13 – UNESC	-	(34)
Convênio nº 005/13 – CATÓLICA	(11)	(54)
Convênio nº 006/13 – SERA	(38)	(43)
Convênio nº 002/14 – UNIJIPA	-	(37)
Convênio nº 001/15 – SENAR – RO	(20)	-
Convênio nº 001/16 – IEL	(159)	-
	(241)	(230)
	(241)	(230)

Refere-se aos valores transferidos do sistema SEBRAE (CSO e CSN) para as entidades parceiras na forma de convênios para a realização de ações previstas em seu programa de trabalho para o período. As transferências de recursos foram realizadas dentro do exercício e exercícios anteriores.

22 Receitas e despesas financeiras

	2016	2015
Receitas financeiras		
Rendimentos de recursos ordinários	1.552	1.988
Rendimentos de recursos próprios	106	111
	1.658	2.099
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(25)	(28)
	(25)	(28)
	(25)	(28)

23 Instrumentos financeiros

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Esta nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para

mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado

Não houve qualquer alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los partir de exercícios anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes: caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber, recursos vinculados a convênios e programas e fornecedores.

Risco de crédito

O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente de disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de Investimentos financeiros.

A Entidade aplica recursos apenas em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil S.A ou Caixa Econômica Federal.

A Entidade não contrata derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Abaixo seguem divulgações quantitativas da exposição ao risco de crédito em relação aos ativos financeiros, pelos valores contábeis.

Ativos financeiros	Nota explicativa	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.888	11.220
Recursos vinculados a convênios e contratos	8	3.673	154
Créditos com o sistema SEBRAE	15	11.451	444
Outros créditos		449	165
Aplicações financeiras	9	8.394	-
		<u>26.855</u>	<u>11.983</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista

ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2016, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

Passivos financeiros	Valor em			
	31/12/2016	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Fornecedores	420	420	-	-
Obrigações com o sistema SEBRAE	278	278	-	-

Em 31 de dezembro de 2016 não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na (nota explicativa nº 7), as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o sistema SEBRAE por meio do SEBRAE/NA possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

24 Benefícios pós-emprego

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, o plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características: Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte; e

Institutos de auto patrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

- Projeção de contribuição em caso de invalidez; e

- Projeção de contribuição em caso de morte.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

O plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. Para se calcular os valores envolvidos o SEBRAE/RO contrata anualmente um atuário qualificado. O balanço patrimonial é resumido conforme a seguir:

	2016	2015
Valor justo dos ativos do plano	143	115
Valor das obrigações atuariais	(48)	(44)
Superávit no plano	94	71

Observada a avaliação atuarial do exercício de 2016, em conformidade com o CPC 33 (R1), e verificada a existência do passivo atuarial (nota explicativa 13), bem como benefícios econômicos para o patrocinador.

24.1 Reconhecimento das obrigações atuariais e contribuição do plano

Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

	2016	2015
Movimentação no valor presente da obrigação		
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	(44)	(37)
Custos do serviço corrente e juros (veja abaixo)	(11)	(8)
Perdas (ganhos) atuariais em outros resultados abrangentes	8	1
Valor presente da obrigação atuarial em 31 de dezembro	(47)	(44)
Movimentação no valor justo dos ativos do plano		
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	115	76
Contribuições pagas ao plano	12	10
Retorno esperado dos ativos do plano	19	11
Perdas (ganhos) atuariais em outros resultados abrangentes	(3)	18
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	143	115
Despesa reconhecida no resultado		
Custo do serviço corrente	(7)	(6)
Total da despesa no exercício	(7)	(6)

24.2 Premissas atuariais adotadas

(i) *Considerações gerais sobre as premissas*

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e base de dados cadastrais foram coletados em setembro de 2016.

(ii) *Financeiras*

	2016
Taxa de juros de desconto atuarial anual	11,16% a.a
Projeção de aumentos reais salariais médios anual	2,20% a.a
Projeção de aumentos reais dos benefícios média anual	0,00% a.a
Taxa de inflação média anual	4,69% a.a
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,16% a.a

(iii) *Demográficas*

	2016
Taxa de rotatividade	4,58%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000M & F Desag10%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M & F Desag10%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	UP 94 – M&F
Tábua de entrada em invalidez	Taxa 1927 M&F
Tábua de morbidez	N/A
Idade de Aposentadoria	